



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA

- 1 - Jornal de Negócios, 15-06-2009, A escola dos escândalos
- 2 - Jornal de Negócios, 15-06-2009, «Se soubesse que o segundo amor acabava tão mal não teria virado as costas ao primeiro» - Entrevista a Herman José
- 3 - Correio da Manhã, 15-06-2009, Cavaco analisa reforço militar
- 4 - Correio da Manhã, 15-06-2009, Amigo de Loureiro comprou empresa
- 5 - Correio da Manhã, 15-06-2009, Libanês compra empresa do BPN
- 6 - Diário Económico, 15-06-2009, Conselho de Estado reúne-se sem substituir Dias Loureiro
- 7 - Diário Económico, 15-06-2009, Deputados confrontam Constâncio com factos novos
- 8 - Diário Económico, 15-06-2009, O Senhor Governador
- 9 - Jornal de Negócios, 15-06-2009, Reincidência de problemas no BPN na mira dos deputados
- 10 - Jornal de Negócios, 15-06-2009, As incríveis declarações de Rendeiro
- 11 - Jornal de Notícias, 15-06-2009, O silêncio dos culpados
- 12 - Jornal de Notícias, 15-06-2009, Vítor Constâncio regressa hoje à AR
- 13 - Meia Hora, 15-06-2009, Conclusão do BPN no início de Julho
- 14 - Meia Hora, 15-06-2009, Clima de guerra civil toma conta da capital iraniana

Valores Privados

João Cândido da Silva

Director-adjunto



A escola dos escândalos

Os clientes do Banco Privado Português têm razões de sobra para se sentirem indignados. Consigo próprios, em primeiro lugar, por terem acreditado que baixo risco e remunerações relativamente mais elevadas faziam o género de equação que a arte e o engenho financeiros da instituição teriam finalmente resolvido. Não foi o caso, como agora sabem, depois de terem aprendido à sua custa.

Sentem-se defraudados pelo banco e têm motivos para isso. Investiram em produtos que lhes foram vendidos acompanhados por duas palavras mágicas, "capital garantido", vazias em conteúdo e significado quando chegou a hora de serem honrados os compromissos assumidos. Mas têm, também, fundamentos sólidos para criticarem as autoridades de supervisão. Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e Banco de Portugal estiveram a dormir na forma enquanto cidadãos que queriam ser depositantes eram desviados para o estatuto de investidores, expostos aos humores dos mercados sem disso terem consciência e em muitos casos por motivos que lhes são alheios.

Não falta matéria para perplexidades em redor das situações que actualmente fazem da sigla BPP uma marca degradada, despojada do valor da confiança que tem de selar as relações entre clientes e instituições financeiras. Mas, caso se somem as peripécias que envolvem o BPN e as que foram reveladas sobre o BCP, a sonolência de quem tinha a responsabilidade de prevenir comportamentos duvidosos e zelar pelas boas práticas no sector financeiro e no mercado de capitais é a fonte para os maiores espantos.

Os órgãos de regulação e supervisão existem porque quem opera no mercado não pode ser deixado à solta. Não é um problema do mercado ou do capitalismo. É da natureza humana que, perante os incentivos errados, como a ausência de vigilância, as oportunidades de lucrar à margem da lei e da ética se podem mostrar demasiado tentadoras para quem não tenha perfil para lhes resistir, sobretudo quando não vislumbra obstáculos a actuações menos escrupulosas. O Banco de Portugal, por exemplo, partiu do princípio, durante anos a fio, que devia acreditar em tudo aquilo que lhe diziam os responsáveis do BPN, quando parece óbvio que, se tudo funcionasse sem sombra de pecado, a existência de reguladores não seria, sequer, necessária.

Há lições para todos os gostos no caso BPP, mas também nos que envolveram o BPN e o BCP. Para os accionistas que têm poder e não o utilizam, inebriados pelo fluxo dos dividendos e das mais-valias, mas que têm muito a perder com a sua indiferença pelo governo das empresas em que participam. Para os membros dos órgãos sociais, eleitos para cargos de supervisão interna que apreciam mais o título do que da substância do posto. Para os auditores, por vezes demasiado tementes a quem lhes paga as facturas que emitem. Para os investidores, que optam por aplicar o seu dinheiro em produtos complexos e que não entendem, embalados pelas palavras-chave que os homens do "marketing" escolhem para conseguirem tocar na corda sensível da segurança e da aversão ao risco. E para os reguladores, que já deviam ter reconhecido o que correu mal e começaram a fazer as correcções inadiáveis nas suas estruturas, meios e competências.

HERMAN JOSÉ

“Se soubesse que o segundo amor acabava tão mal não teria virado as costas ao primeiro”

Herman José vai ser a cara de um programa de entretenimento que irá para o ar entre Julho e Setembro na TVI. Para já, esta é uma união a três meses. E é assim que, de “descartável”, Herman José regressa ao horário nobre. “Hoje em dia aprendemos todos a navegar à vista”, afirma em entrevista por escrito

ELISABETE DE SÁ
esa@negocios.pt

Herman José diz que vai ganhar na TVI aquilo que o mercado dita e sublinha que o seu principal negócios, nos últimos três anos, têm sido os espetáculos ao vivo.

Primeiro RTP, depois SIC e agora TVI. Não há amor como o primeiro?

Isso não sei. O que eu posso garantir é que se soubesse que o segundo amor acabava tão mal, não me tinha atrevido a virar as costas ao primeiro. Também já me garantiram que não há amor como o mais recente. Se este casamento com a TVI estiver à altura da elegância do pedido de casamento, desconfio que me esperam dias muito felizes.

O que é que nas estações de televisão privadas mais o leva a sentir saudades da estação pública?

O serviço público dá mais espaço à diferença, e está menos obcecado com as audiências.

Acredita que na RTP de hoje, que enfrenta maior pressão competitiva, lhe seriam dadas as mesmas condições que lhe foram dadas anteriormente?

Não faço ideia. Nem isso faz parte das minhas preocupações neste momento. Até Setembro, tenho o logotipo da TVI no lugar do neo-córtex.

Qual a duração e os termos do contrato que acaba de firmar com a TVI? São quase três meses que, a av-

liar pelo impacto da notícia da contratação, vão valer por três anos.

Entre a SIC e a TVI a disputa de audiência é feroz. Essa ‘ditadura’ de audiências não o assusta?

Com a erosão do Hermansic eu senti na pele o efeito devastador da guerra de audiências. No caso da TVI, a minha quota de responsabilidade é muito diminuta. Vou servir um formato, do qual não sou o autor e responsável principal.

Afirmou recentemente que deixou a SIC ao fim de nove anos e depois de uma fase de ‘lay off’ forçado, mercê da crise’. O Herman José é caro?

Ganho aquilo que o mercado dita que se pague aos ‘artistas primodivisionários’. Não me passa pela cabeça ganhar pela apresentação de um programa de televisão, menos do que aquilo que os agentes me pagam por um espetáculo ao vivo.

Não teme que a crise também possa chegar à TVI, até porque o accionista está a braços com dívidas elevadas e à procura de parceiros para alienar para as suas posições?

Hoje em dia, aprendemos todos a navegar à vista. Para todos os efeitos, há mais de três anos que o meu ‘core business’ são os espetáculos ao vivo em Portugal e na diáspora.

Como vê o facto de a SIC Radical transmitir o ‘Hora H’ às 22h, enquanto a SIC o transmitia de madrugada?

Acho muito lisonjeiro, e artisticamente muito relevante. A SIC

Radical está a transformar o ‘Hora H’ num objecto de culto, junto de certas faixas de público.

Afirmou, a propósito da sua saída da SIC, que esta tem “nos últimos tempos, pose de poder a mais”. O que é que quer dizer com isto e de que forma é que esta “pose” interferiu na sua permanência naquele canal?

Não foi isso que disse. Fui mal entendido pela ilustre jornalista da Lusa. A única crítica que eu faço à SIC é ser uma espécie de Hidra, comandada por várias cabeças. Há um provérbio inglês que se aplica no caso presente e que diz ‘too many cooks, spoil the broth...’ [tradução literal: ‘demasiados cozinheiros estragam o caldo’].

Desde o anúncio da sua saída da SIC até à entrada na TVI passaram-se dois meses. É hoje menos disputado ou mais selectivo?

Sou com certeza mais feliz. A mensagem que a ‘nova’ SIC deixou no mercado foi ‘este senhor tornou-se tão desinteressante que é descartável’. O que a contratação da TVI fez foi dar o sinal contrário: “este senhor é tão profissional, que nós – empresa líder do mercado – não hesitamos em lhe meter nas mãos o nosso ‘prime time’ mais valioso”...

Fazia falta um quinto canal de televisão generalista?

Nenhuma. O que faz falta é a coragem de acabar com a publicidade da RTP, para facilitar a vida aos privados. Todos ficaremos a ganhar.

PERFIL

O REBÉBÉU DE HOJE É BEM DIFERENTE

Herman José ganhou notoriedade pública na televisão, mas a sua verdadeira legião de fãs nasceu na rádio, a ouvir programas como “Rebêbê Pardais ao Ninho” e “Flor do Éter”, no início da década de 80. Foi lá, na Rádio Comercial, que nasceram personagens como José Estebes, sotaque do Porto, encarregue de fazer a apresentação do “Top Cedofeita”, uma recolha das músicas mais pirosas. Já na TV, Estebes foi transformado em comentador desportivo e deu a voz a um hino de apoio à selecção nacional que ainda hoje ecoa na memória: “força nas canetas/deixem-se de tretas/que o melhor é Portugal”. Na televisão, então limitada à RTP, Herman estreia-se em 1983 com “O Tal Canal”, um êxito que marcou também uma forma diferente de fazer humor em Portugal e o revelou em definitivo. Saiu em 1987 por causa da polémica em torno das entrevista históricas e foi abandonando progressivamente o humor puro para se dedicar a ‘talk-shows’ e concursos. **cr**



A caminho da TVI | Herman José vai apresen-



Marta Poppe



tar um programa de entretenimento na TVI, entre Julho e Setembro.

Se este casamento com a TVI estiver à altura da elegância do pedido de casamento, desconfio que me esperam dias muito felizes.

Com a erosão do Hermansic eu senti na pele o efeito devastador da guerra de audiências.

A única crítica que eu faço à SIC é ser uma espécie de Hidra, comandada por várias cabeças.

[Um 5º canal] não faz falta nenhuma. O que faz falta é a coragem de acabar com a publicidade da RTP, para facilitar a vida aos privados.

PROVOCAÇÕES

No paraíso fiscal só com um bom advogado

'Gato Fedorento' ou 'Contemporâneos'? Em que estilo mais se revê?

Os meus queridos colegas que não me levem a mal, mas do universo "Produções Fictícias", revejo-me mais no estilo Herman Enciclopédia (que será relançado em DVD no dia 25 de Junho).

José Sócrates - Manuela Ferreira Leite - Francisco Louça - Jerónimo de Sousa - Paulo Portas. Qual lhe dá mais vontade de rir?

Fazem-me rir: a teimosia infantil do Sócrates, o autismo conservador de Ferreira Leite, a ferrugem histórica de Jerónimo Sousa, e a brancura dos dentes novos de Paulo Portas.

BPP ou BPN - em qual dos dois confiaria para gerir o seu dinheiro?

Qualquer um seria mais aconselhável do que a confiança que deleguei num ex-funcionário e respectiva mulher, que em cinco anos desfalcaram as minhas empresas em 1,3 milhões de euros. O caso foi descoberto em 2004, e as respectivas queixas-crime estão em investigação.

É preciso ser-se uma boa pessoa para conquistar um lugar no paraíso fiscal?

Basta uma receita explosiva: bons advogados temperados pela lentidão da justiça portuguesa.

E o inferno fiscal, tem medo dele?

Desde que seja igual para todos, e os tribunais tributários funcionem com rapidez, não há que ter medo.



Herman José, em entrevista, fala do regresso ao horário nobre, na TVI **Media 34 e 35**



-PRESIDÊNCIA ■ AFGANISTÃO NA AGENDA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ESTADO



Cavaco Silva dá hoje posse aos três novos membros do Conselho de Estado: Leonor Beza, António Capucho (na foto, ao centro) e Gomes Cantilho.

Cavaco analisa reforço militar

■ Reunião foi convocada pelo Presidente na qualidade de Comandante Supremo das Forças Armadas. Dias Loureiro ainda não tem sucessor

● CRISTINARITA

O Conselho de Estado reúne-se hoje pela quarta vez desde que o Presidente da República, Cavaco Silva, tomou posse. O tema oficial da agenda é o do reforço do contingente militar português no Afeganistão, actualmente com oitenta e sete militares no terreno. Na reunião estarão sentados à mesa três estreates: António Capucho, Gomes Canotilho e Leonor Beza.

Chefe de Estado deixou alerta sobre missão da NATO

Vago estará o lugar deixado por Dias Loureiro, que renunciou na sequência do caso BPN. Já Capucho substituiu Marques Mendes e Leonor Beza ocupa o lugar de Manuela

Ferreira Leite, devido à mudança de lideranças no PSD. Gomes Canotilho substituiu Jorge Coelho (PS).

Outra baixa a prazo será a de Nascimento Rodrigues, ex-provedor de Justiça.

Sobre o reforço militar no Afeganistão, o primeiro-ministro, José Sócrates, já falava nesse cenário a 4 de Abril. Manuel Alegre (PS), membro do Conselho de Estado, contestou-o e sugeriu a ajuda para Guiné-Bissau.

Em Nápoles, Cavaco avisou: "Se há um falhanço da NATO no Afeganistão, isso não pode deixar de ter efeitos com alguma gravidade na nova administração norte-americana e também na União Europeia." ■

Missões no estrangeiro



Fonte: Estado-Maior-General das Forças Armadas



NEGÓCIO DE PORTO RICO ■ AUDITORIA DO BANCO DE PORTUGAL AO BPN EM 2004

Amigo de Loureiro comprou empresa

■ Empresa de El Assir, empresário libanês, comprou Biometrics em Março de 2003

● ANTONÍO SÉRGIO AZENHA/
/DIANA RAMOS

Abdul El Assir, amigo de Dias Loureiro e dono da offshore La Granjilla, foi o comprador final da Biometrics Imagineering, empresa de Porto Rico que deu um prejuízo de 34,2 milhões de euros à Sociedade Lusa de Negócios (SLN). Em Março de 2003, o Excellence Assets Fund (EAF), participado pela SLN, vendeu a Biometrics à La Granjilla por 35,2 milhões de euros. Nesse mesmo mês, a dia 19, o BPN Cayman tinha também adquirido a Biometrics ao EAF pelos mesmos 35,2 milhões de euros, mas esta, segundo garante fonte conhecedora do processo, "foi apenas uma operação contabilística".

O Relatório de Inspeção do BdP ao BPN em 2004, a que o CM teve acesso, é categórico: "Com a venda, em Março de 2003, da participação na Biometrics à La Granjilla, ao custo de aquisição (35,2 milhões de euros), com financiamento parcial do Grupo SLN a três empresas-veículo associadas ao grupo Abdul El Assir, o activo do Fundo passou a ser essencialmente composto, para além das acções representativas de 40,4% do capital da Controlauto [da SLN], por acções da SLN SGPS e por aplicações financeiras do Grupo SLN (depósito de 16,2 milhões de euros do BPN Cayman), não nos tendo sido cabalmente esclarecidas as razões para a manutenção do Fundo."

O relatório não precisa a data da venda da Biometrics à La Granjilla. Francisco Comprido, ex-líder do EAF, António Coutinho Rebelo, ex-administrador do EAF, e Dias Loureiro disseram, nas audições no Parlamento, desconhecer o comprador final da firma de Porto Rico. ■



Dias Loureiro foi ouvido duas vezes no Parlamento

Aquisição custou à La Granjilla 35,2 milhões de euros

DATAS-CHAVE

30/11/2001. Neste dia são feitas três operações: SLN compra 25% da Biometrics por 31,25 milhões de dólares, vende essas acções ao EAF pelo mesmo preço e compra o EAF à La Granjilla por 21 milhões de dólares.

22/07/2002. Dias Loureiro assina acordo com sócios de Porto Rico para a saída da SLN da Biometrics.

19/03/2003. BPN Cayman, accionista do EAF, compra ao EAF as acções da Biometrics por 35,2 milhões de euros. Neste mês, a La Granjilla adquire essa participação por igual preço.

Fundo com ligação a El Assir

● O grupo económico de El Assir tinha fortes ligações ao Excellence Assets Fund (EAF), fundo constituído nas ilhas Caimão em 2000.

"Até Março de 2003, o Fundo evidenciou indícios fortes de li-

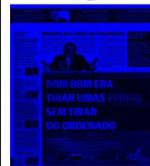
gação ao grupo Abdul El Assir, quer pela sua composição, que integrava 25% do capital da Biometrics, empresa onde este grupo já detinha 27,7% através da Science Technology, quer pela sua detenção, já que 35% das acções pertenciam à La Granjilla, um veículo também associado àquele mesmo grupo", diz o relatório do Banco de Portugal. ■

PERFIL

● **ABDUL EL ASSIR** é natural do Líbano. É apontado como comerciante de armas. Dias Loureiro conheceu-o em meados dos anos 90. E através dele conheceu Bill Clinton, ex-presidente dos EUA, e o rei de Espanha. As autoridades espanholas emitiram um mandado de captura a El Assir.



MANUEL MOREIRA



AUDIÇÃO | MINISTRO OUVIDO

O ministro das Finanças é ouvido na próxima quinta-feira na comissão de inquérito ao caso BPN. A audição de Teixeira dos Santos será realizada às 18h30, após o plenário



VALOR | AVALIAÇÃO MILIONÁRIA

O relatório da Arthur Andersen diz que o passivo da Biometrics ascendia a 3,1 milhões de dólares, mas o Banco Efisa, do Grupo SLN, avaliou a empresa entre 125 e 153 milhões de dólares

RECEITAS | FACTURAÇÃO EM CAUSA

Vieira Jordão, ex-dirigente da SLN Novas Tecnologias, foi contra a aquisição da Biometrics. Suspeitava da previsão das receitas, que subiam de oito para 108 milhões no primeiro ano

FRASES

“Sr. deputado, não sei [como a Biometrics foi vendida em Março de 2003]. Para mim, pusemos termo – nesse acordo que fizemos com os nossos sócios de Porto Rico [em Julho de 2002, onde a SLN vendeu a empresa por um dólar] – a esse assunto

DIAS LOUREIRO
Na comissão parlamentar ao caso BPN



“Se não aparecesse o raio [da compra] da Biometrics nunca estaríamos aqui

OLIVEIRA E COSTA
Na comissão parlamentar ao caso BPN



“A 19 de Março de 2003, o EAF vendeu 25% da Biometrics ao BPN Cayman por 35 milhões de euros

ANTÓNIO REBELO COUTINHO
Ex-administrador do BPN Cayman e do Excellence Assets Funds (EAF) no Parlamento



“Não tenho conhecimento a quem foi vendida a [participação do EAF na] Biometrics. A minha preocupação era assegurar que não havia menos valias no valor do fundo

FRANCISCO COMPRIDO
Ex-presidente do EAF entre 2001 e 2003 na comissão parlamentar ao caso BPN



Mistério nas mãos de Constâncio

■ O governador do Banco de Portugal (BdP) poderá ajudar hoje, durante a segunda fase da sua audição na comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN, a esclarecer o mistério da compra da Biometrics por parte da La Granjilla, em Março de 2003.

Sendo o relatório do BdP a identificar o comprador final da empresa de Porto Rico, é provável que a instituição liderada por Vítor Constâncio tenha em seu poder documentos capazes de revelar os termos concretos da operação. Para

já, a venda da Biometrics à La Granjilla, em Março de 2003, só adensou o mistério sobre o negócio de Porto Rico.

Entre 30 de Novembro de 2001 e o final de Março de 2003, a Biometrics muda de dono entre a SLN, o Excellence Assets Fund (EAF), o BPN Cayman e a La Granjilla. Só que a SLN, o BPN Cayman e a La Granjilla eram accionistas do EAF, no qual a Biometrics estava parqueada. Ao todo, nas cinco operações de compra e venda em torno da empresa circularam cerca de 140 milhões de euros. ■ **A.S.A.**



Governo vai hoje à Assembleia da República

JOSÉ SERRA/OUTLINE

As offshores suspeitas

● Delas Enterprises, Ilea Finance e Adler Associates são as três offshores a quem o BPN Cayman concedeu, segundo o relatório do BdP, um crédito de 14,2 milhões de euros para a La Granjilla adquirir a Biometrics, em Março de 2003. O relatório associa estas offshores ao grupo de El Assir, mas Francisco Sanches, ex-gestor do BPN, disse no Parlamento que são empresas do Grupo SLN. ■



LIBANÊS COMPRA EMPRESA DO BPN



■ **CM revela** novos dados sobre o negócio ruinoso do banco em Porto Rico **PÁGS. 6 E 7**



ID: 25523154

15-06-2009

ESTE JORNAL VALE DESCONTO DE 1,50 EUROS
CUPÃO DESTACÁVEL PÁG. 51

ÀS SEXTAS NOVA SÉRIE DE DVD



REGRESSO ÀS GRANDES COMÉDIAS
1,95€ + jornal

NA PRÓXIMA QUINTA-FEIRA COLEÇÃO DE LIVROS DA II GUERRA MUNDIAL
1.º volume 1,95€ + jornal PÁG. 51

TODOS OS DIAS OFERTA DE 1€ DE COMBUSTÍVEL NA REPSOL

SEGUNDA-FEIRA 15/06/2009 € 0,80 (C/IVA)

DETECTADO NO ALGARVE
Ministra confirma terceiro caso de gripe A
PÁG. 15

CORREIO da manhã
www.correiomanha.pt
Director **Octávio Ribeiro** | Directores-Adjuntos **Armando Esteves Pereira** e **Eduardo Dâmaso**

PERIGOSOS
Apanhados 5 foragidos da prisão de Caxias
PÁG. 8

LIBANÊS COMPRA EMPRESA DO BPN

CM investigação
Amigo de Loureiro fica com Biometrics

CM revela novos dados sobre o negócio ruinoso do banco em Porto Rico PÁGS. 6 E 7

Família chora bombeiro morto em Espanha

Carlos Macieira, dos Voluntários de Amaran-te, com 33 anos, morreu em acidente de viação
Cinco soldados da paz, de várias corporações, ficaram feridos PÁGS. 4 E 5

Airbus da TAP volta de emergência a Lisboa

Avião com destino a Cabo Verde regressa após ter sobrevoado o Atlântico PÁG. 17

Jesus preso por 82 mil euros
PÁG. 32

CURSO DE INSTRUTORES
CURSO EXAMINADORES

INSCREVA-SE JÁ!

R. André Vidal de Negreiros, 308, 1950-023 Lisboa
T. 21.8392330 ou email: apec.mail@iol.pt

Vidas de Verão

Convites falsos estragam boda de Liedson

Casamento com Gabrielle começou com três horas de atraso

Sexy 20 Eleja os mais sensuais do Verão
Votação arranca hoje

Portuguesas com Ronaldo em Vegas

Galáctico descansa das noites agitadas PÁGS. 43 A 49

JOGOS SANTACASA

Conselho de Estado reúne-se sem substituir Dias Loureiro

Quarta reunião do Conselho de Estado tem o Afeganistão como tema único na agenda.

Márcia Galvão

marcia.galrao@economico.pt

Dois anos depois da última reunião e com o conflito do Afeganistão como ponto único na agenda, o Presidente da República volta a reunir-se hoje o Conselho de Estado. Antes, dará posse a três novos membros: Leonor Beleza, António Capucho e Joaquim Gomes Canotilho. Mas deixa para outras nupcias a decisão de quem irá substituir Dias Loureiro, após a renúncia ao cargo do ex-ministro, no âmbito do envolvimento do seu nome no caso BPN.

É a quarta vez que Cavaco Silva convoca o Conselho de Estado desde que, há mais de três anos, chegou a Belém. A primeira foi para discutir a participação das forças militares em operações de paz, depois sobre a dissolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira e outra para discutir a Presidência Portuguesa da União Europeia. Hoje, será a presença das tropas portuguesas no

Afeganistão o mote do encontro.

Em Abril, numa entrevista ao Diário Económico, o ministro da Defesa, Severiano Teixeira anunciou que Portugal ia enviar para o terreno 140 militares. Na altura, o ministro sublinhava que o Afeganistão era "uma prioridade" para a política de defesa portuguesa e lembrava que um conflito na região "pode pôr em causa a segurança euro-atlântica".

Ora, na quinta-feira, todos os ministros da Defesa da NATO estiveram reunidos para discutir a presença da organização no Afeganistão e, à saída do encontro, Severiano Teixeira reiterou o empenho de Portugal em contribuir para o esforço pedido pelos Estados Unidos aos seus aliados (ver texto ao lado), sustentando que "as alterações na estratégia norte-americana [para o Afeganistão] devem também implicar, da parte dos aliados europeus e da parte de Portugal, um sinal de solidariedade".

Cavaco Silva ouvirá hoje os seus conselheiros sobre as melhores soluções para a presença portuguesa no terreno, para dar luz verde à estratégia. Seguindo-se depois uma reunião do Conselho Superior de Defesa Nacional para concluir o processo de decisão.

Cavaco reúne com Sócrates uma hora antes

Uma hora antes da reunião do Conselho de Estado, Cavaco voltará a reunir-se com José Sócrates. É o primeiro encontro entre Presidente da República e primeiro-ministro após as eleições europeias de 7 de Junho e acontece numa altura em que a questão da travagem ou não das obras públicas marca a agenda do país. Como pano de fundo estará também a data das eleições legislativas. Segundo o Sol, o Presidente quer propor aos partidos a hipótese de serem a 20 ou 27 de Setembro. O PS não deverá levantar objecções. ■

OS QUATRO ENCONTROS

1.

O Conselho de Estado reuniu-se pela primeira vez para discutir a participação das forças militares em operações de paz.

2.

Quando Alberto João Jardim apresentou a sua demissão e dissolveu a Assembleia Regional, Cavaco convocou o Conselho de Estado para analisar a situação.

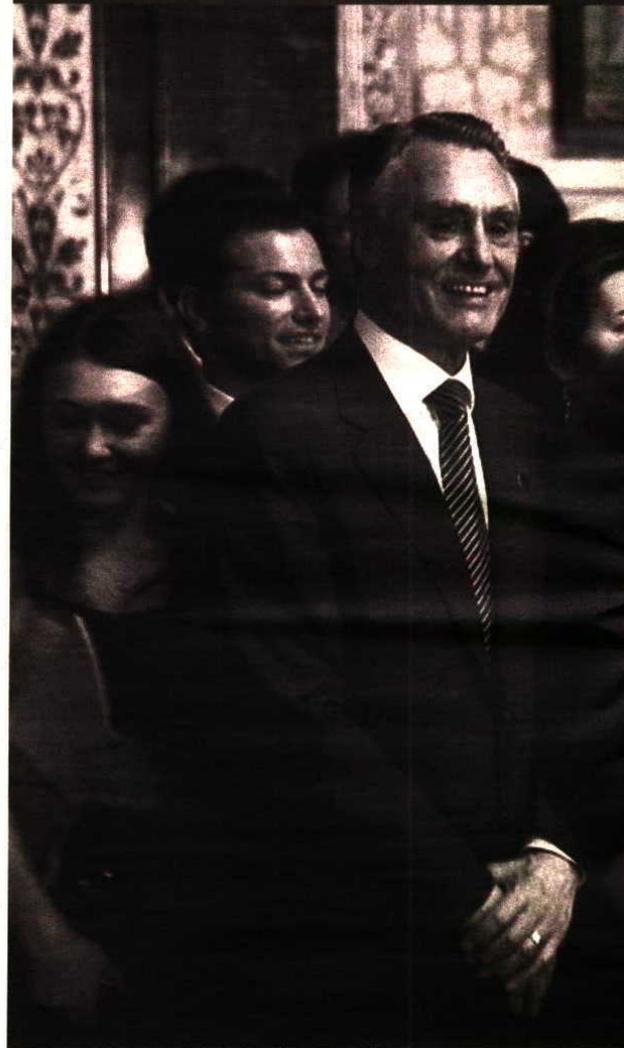
3.

A terceira reunião do Conselho de Estado teve como tema na agenda a Presidência Portuguesa a União Europeia, na segunda metade de 2008.

4.

Hoje, os conselheiros de Estado serão ouvidos sobre a participação das tropas portuguesas no conflito do Afeganistão.

CAVACO PROMETE DATA DE ELEIÇÕES AINDA ESTE MÊS



O Presidente da República afirmou ontem em Nápoles que a sem adiantar datas. A questão "não é apenas da parte do Pre no final da reunião do Grupo de Arraiolos, que junta chefes

Cenário de risco espera

A violência no território sobe para os maiores níveis desde 2001, a três meses de eleições.

Joaquim Vicêncio

joaquim.vicencio@economico.pt

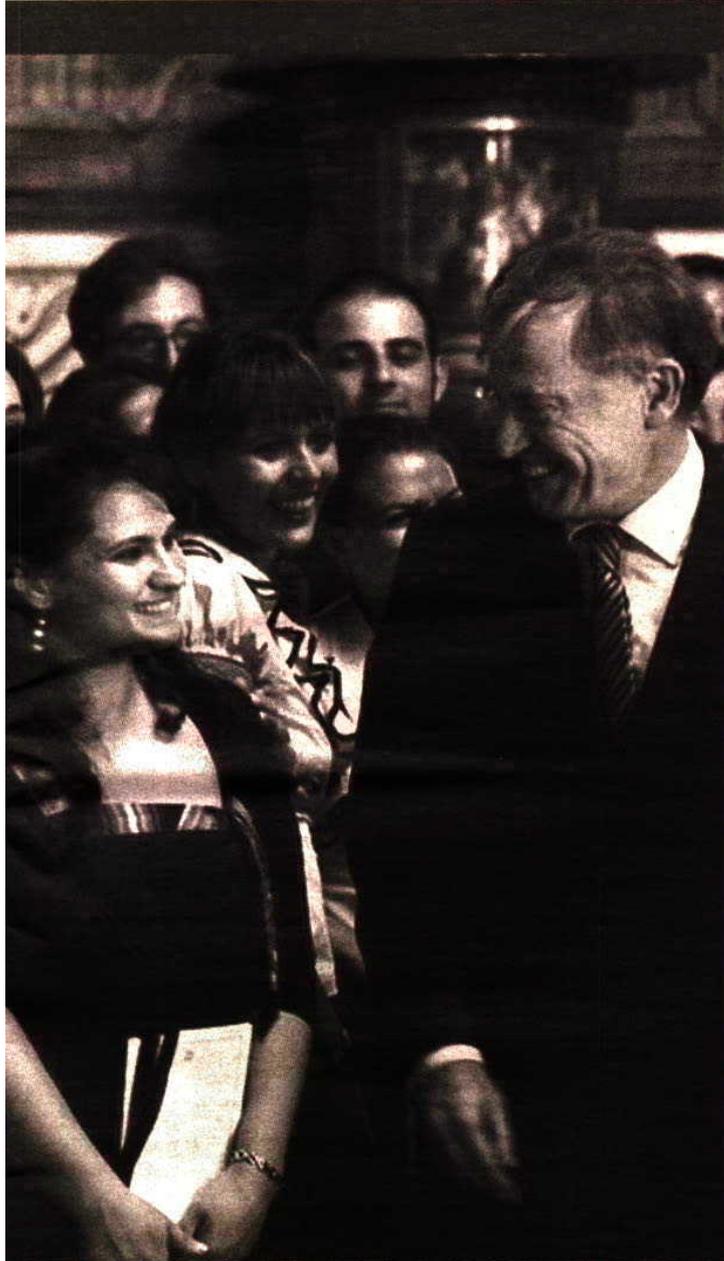
A pouco menos de três meses das eleições, a violência no Afeganistão atingiu níveis nunca vistos desde o início das operações da NATO, em 2001.

Os ataques às forças da aliança aumentaram, entre Janeiro e Maio, 59% em relação ao mesmo período do ano passado, disse na semana passada o general David

Petraeus. O antigo chefe das forças americanas no Iraque garante que o aumento dos ataques às forças da NATO se seguiu ao reforço da estratégia dos aliados: "Estamos a perseguir os terroristas até aos seus territórios", disse, alertando para o facto de a situação se ter deteriorado nos últimos dois anos.

Para os militares portugueses que seguem caminho para aquele território, ficou o aviso: "Tempos difíceis pela frente", explicou o general Petraeus num centro de estudos militares, em Washington.

Presidência Portuguesa



marcação das próximas eleições estará resolvida este mês, sidente, é também da parte do Governo” disse Cavaco Silva de Estado da UE sem poderes executivos.

tropas no Afeganistão

Os ataques às forças da NATO aumentaram, entre Janeiro e Maio, 59% em relação ao mesmo período do ano passado.

Na frente de combate, os Estados Unidos já começaram a enviar os 21.000 soldados prometidos por Obama. O Senado norte-americano apoiou a decisão, nomeando na última semana o general Stanley McChrystal para comandante das forças americanas no Afeganistão.

Antes de assumir o cargo de presidente, Barack Obama, já dava a entender que esta seria a sua prioridade: “O Afeganistão deve receber a máxima atenção, pois se tal não acontecer, este poderá vir a ser um problema sem saída a longo prazo”. ■



DESTAQUE CONSTÂNCIO NA COMISSÃO DO BPN



Nuno Melo, do CDS, vai ser hoje protagonista de novo confronto com Vitor Constâncio.

Deputados confrontam Constâncio

PS, Bloco de Esquerda e CDS ainda não questionaram o governador do Banco de Portugal. O deputado

Sandra Almeida Simões
e Maria Ana Barroso
sandra.simoes@economico.pt

“Repetitivo” e “sem expectativas”. É desta forma que a quase generalidade dos grupos parlamentares da comissão de inquérito ao caso BPN apelidam a primeira parte da audição a Vitor Constâncio (realizada no dia 8 de Junho) e perspectivam a segunda ronda do inquérito, que decorre hoje a partir das 15 horas.

Contactados pelo Diário Económico, a maioria dos partidos – a exceção recai no PS – critica a prestação do Governador do Banco de Portugal (BdP), tem dúvidas quanto ao resultado final desta inquirição e excluem-se da campanha de perseguição política a que Constâncio diz ter estado sujeito.

Ainda assim, o deputado centrista Nuno Melo deixa a promessa: “Não vou fazer comentários de base especulativa, mas sim um interrogatório de base factual”. As atenções estão, por isso, mais centradas nas revelações do agora eurodeputado, e até em João Semedo do Bloco de Esquerda, do que propriamente nas declarações de Constâncio. Nuno Melo não quer arruinar o factor surpresa e, como tal, adianta apenas que o Governador será confrontado com “factos sobre os quais ainda não se pronunciou, e como tal, não poderá repetir argumentos”. Nuno Melo quer assim provar esta tarde que existe “uma base factual” que justificaria “uma maior e mais rápida intervenção do Banco de Portugal”, até “porque não andamos a brincar aos bancos”.

O QUE VAI MARCAR A AUDIÇÃO

- A maioria dos partidos critica a prestação do governador na primeira ronda e excluem-se da campanha de perseguição que Constâncio diz-se ser vítima.

- Na ronda de hoje, as atenções estarão centradas nas revelações dos deputados do CDS e do BE.

- Porque razão não se deixou falir o BPN; a demora na deteção das irregularidades; e o prazo da conclusão dos processos ao BPN. Estas são algumas das questões por responder da primeira ronda.

- Apesar do futuro do BPN estar nas mãos das Finanças, a comissão está a avançar com a elaboração do relatório final.

Também o deputado bloquista, João Semedo, avançou que vai procurar “fundamentar que o governador deveria ter intervenido mais cedo”. No entanto, o deputado confessa que “não se pode dizer que Constâncio tenha surpreendido na primeira audição, uma vez que repetiu, ponto por ponto, tema por tema, as declarações já públicas”.

O deputado do PSD, Hugo Velosa, avalia de forma idêntica as declarações de Constâncio: “O Governador não alterou o discurso, mantendo o mesmo que já tinha antes sequer do início da comissão de inquérito”, diz. Para o deputado, os argumentos do Governador mantêm-se assentes na lembrança dos elogios feitos no passado pelo FMI à supervisão bancária portuguesa, e na defesa de que

todas as regras foram cumpridas. Por isso, assegura Hugo Velosa, “não se adiantou nada nas explicações”. E defende que era importante “que se conhecesse um pouco mais porque é que não se foi mais longe para além das medidas tomadas em termos de supervisão prudencial”.

Opinião totalmente contrária, sobre o balanço a prestação do governador na comissão de inquérito, tem Ricardo Rodrigues, ao garantir que “o PS não faz condenações prévias”, lembrando que será necessário “deixar que a audiência termine”. Quanto às explicações dadas, até agora, por Vitor Constâncio sobre o trabalho do BdP junto do BPN, o vice-presidente da bancada do PS defende que “parece ter ficado claro que uma coisa é supervisão, outra é investigação criminal”. Até à hora

PONTOS-CHAVE

Os deputados vão hoje tentar ouvir de Vítor Constâncio as explicações que dizem ainda não ter obtido do governador do Banco de Portugal sobre o caso BPN.

O relatório final com as conclusões da comissão parlamentar de inquérito à supervisão bancária do BPN será discutido e votado a 3 de Julho.

Na altura em que está perto de terminar a comissão de inquérito ao caso do BPN, deverá estar igualmente para breve a definição do futuro do banco.

Paulo Alexandre Coelho



Proposta final da CGD para o BPN está nas Finanças

A venda é hipótese mais provável para o futuro do banco.

Maria Ana Barroso e Sandra Almeida Simões
maria.barroso@economico.pt

A administração de Francisco Bandeira já entregou às Finanças o documento final que servirá de base à decisão do Governo quanto ao futuro do Banco Português de Negócios (BPN). Este dossier com toda a informação actualizada sobre a instituição, nomeadamente as contas de 2008, deverá permitir uma decisão para breve.

Em declarações à agência Lusa, o presidente do BPN explicou que o documento, entregue na terça-feira passada, tem todas as "informações relevantes" para "suportar a decisão final e definitiva" das Finanças. O apuramento final das contas de 2008, que revelaram um prejuízo de 575 milhões de euros, obrigou a pequenos ajustes ao dossier BPN.

No início desta semana, e como tinha já adiantado o Diário Económico, deverá ser marcada uma reunião entre a administração do banco e a tutela para se analisar o documento e poder-se tomar uma decisão final.

A hipótese de venda surge como a mais provável, tal como já admitiu o próprio ministro das Finanças. Também Bandeira disse, na conferência de apresentação dos resultados do BPN de 1 de Junho que, se o accionista concordar, o próximo passo será pôr a Caixa Banco de Investimento "a preparar o banco para a venda".

Para além da venda, entre os possíveis desfechos para o BPN, estava a integração na Caixa Geral de Depósitos (CGD) ou a manutenção, ainda que provisória, do BPN como instituição autónoma, mas dentro da esfera do Estado.

Quanto a possíveis interessados na compra do banco, apenas duas instituições assumiram ainda um possível interesse, embora não seja ainda conhecido o processo que o Estado irá definir para alienar o BPN.

Para além do Montepio Geral, que já assumiu que vai analisar o banco, também o grupo que detém a Domus Venda também já disse estar interessado. Também a própria Caixa admite, caso não surjam propostas concretas, olhar para uma possível compra do BPN, dependendo do preço.

Certo é que a privatização deverá passar apenas pelo próprio banco, devendo os restantes activos que também foram nacionalizados ser vendidos em separado. É o caso do banco de investimento Efisa e do BPN Brasil. Apenas para a Real Vida Seguros, admitiu já Francisco Bandeira, não existe perspectiva de interessados.

Quanto a prazos para a alienação dos vários activos, nada de concreto foi adiantado, mas o presidente do BPN disse no início de Junho que "quanto mais rápido for o processo melhor". O futuro do banco está por decidir desde que este foi nacionalizado, no início de Novembro do ano passado.

A auditoria da Deloitte e o apuramento da situação do BPN feito pela actual equipa revelou, para além do prejuízo de 572 milhões de euros, um volume de imparidades que era, a 31 de dezembro, de cerca de 1,6 mil milhões de euros. ■

PREJUÍZO

575,2 milhões

de euros foram os resultados negativos registados pelo BPN no final de 2008, que reflectem as imparidades acumuladas no banco nacionalizado no início de Novembro do ano passado.

IMPARIDADES

1,6 mil milhões

de euros foi o volume de perdas de crédito apuradas no final do ano passado; em causa estão empréstimos não só do próprio BPN como do Banco Insular e do BPN IFI.

com factos novos

centrista Nuno Melo promete novas revelações sobre BPN.

de fecho desta edição não foi possível obter comentários do PCP.

Apesar de Constâncio ter sido categórico ao afirmar-se perseguido e afastando a demissão, a verdade é que a oposição continua a reivindicar o seu afastamento do cargo. "Quer pelo passado, quer pela atitude de rejeição à mudança e arrogância, o Sr. Vítor Constâncio já demonstrou que não consegue fazer mais, nem melhor", defende João Semedo.

Para já, e enquanto o futuro do BPN já está nas mãos das Finanças (ver texto ao lado), a comissão vai avançando na elaboração do relatório final (ver caixa) e ainda esta semana ouve o "cabeça de cartaz" das audições, o ministro das Finanças. O depoimento de Teixeira dos Santos está agendado para quinta-feira, 18 de Junho. ■

Relatório com vários projectos na calha

O relatório final da comissão, que está a ser redigido pela deputada do PS Sónia Sanfona, será discutido e votado no plenário no dia 3 de Julho. A assembleia da República irá conceder cinco minutos a cada grupo parlamentar e ao relator, para além do tempo concedido à presidente da comissão, Maria de Belém Roseira. Os vários grupos parlamentares garantiram ao Diário Económico que em cima da mesa está a possibilidade de o relatório final ser acompanhado por mais do que um projecto de resolução. O PS deverá apresentar, pelo menos, duas propostas de alterações legislativas: no funcionamento da supervisão bancária e nos poderes da comissão de inquérito. "Vamos

propor, não projectos de lei em concreto, mas indicar áreas onde a supervisão pode ser melhorada", explica Ricardo Rodrigues, sem adiantar pormenores. Já o deputado do PSD, Hugo Velosa, diz que não está "fora de questão" a proposta de medidas pelo PSD, mas, por enquanto, nada está previsto. O Bloco de Esquerda salienta a independência dos partidos na apresentação de propostas, enquanto o CDS diz estar a aguardar pelas temáticas que o PS "estará disposto a incluir no relatório". Apesar da maioria socialista "condicionar" o resultado final, os partidos irão igualmente apresentar as suas declarações de voto. **S.A.S. e M.A.B.**



ID: 25523445

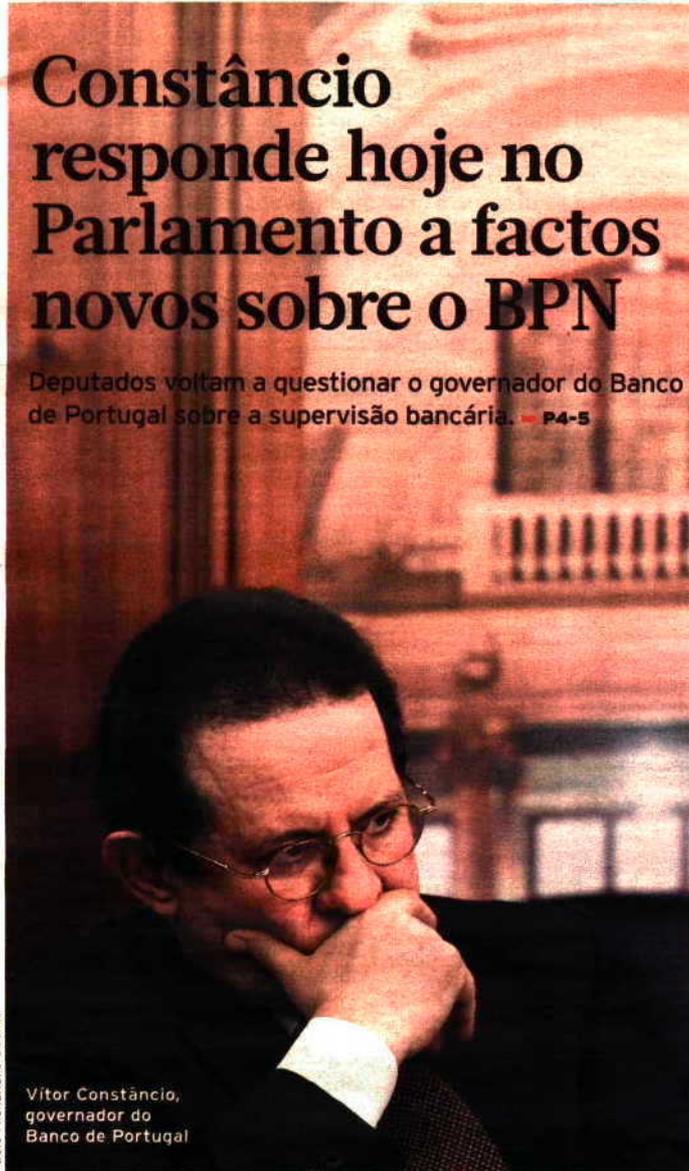
15-06-2009

Constâncio responde hoje no Parlamento a factos novos sobre o BPN

Deputados voltam a questionar o governador do Banco de Portugal sobre a supervisão bancária. — P4-5

Paulo Alexandre Coelho

Vitor Constâncio,
governador do
Banco de Portugal





OPINIÃO

JORGE QUEIROZ
Macroeconomista



O senhor Governador

O senhor Governador do Banco de Portugal no passado dia 8 de Junho, perdeu a oportunidade de sair de cabeça levantada de todo o processo do denominado caso BPN.

Já ninguém duvida que há muito que o senhor Governador se devia ter demitido, ou no mínimo, ter posto o seu lugar à disposição.

Aquilo a que assistimos na última audição, do Governador do Banco de Portugal, na Comissão Parlamentar de Inquérito, foi uma clara demonstração de falta de respeito para com a Assembleia da República, algo que é de todo inaceitável.

Desde logo o dr. Victor Constâncio estava a responder, não por um mero erro ou omissão do Banco de Portugal, enquanto entidade reguladora e fiscalizadora da actividade bancária, mas sim por uma sucessão de erros e omissões ao longo de mais de sete anos.

A simples leitura dos vários relatórios de fiscalização do próprio Banco de Portugal, demonstra de uma forma clara e inequívoca o comportamento, de todo incompreensível do senhor Governador, e que poderá mesmo vir a ser considerado "conivente", por omissão, com os responsáveis do BPN.

Numa tentativa desesperada de justificar, o injustificável, o senhor Governador procurou escudar-se no sigilo bancário e ainda num inovador critério, não previsto na lei, que designou por critério "prudencial" que alegadamente terá sido utilizado pelo regulador.

A imaginação humana é fértil, mas tanto é um abuso! Em qualquer conflito, defesa e acusação, escudam-se nas disposições da lei e na jurisprudência.

O senhor Governador do Banco de Portugal, não encontrando na lei qualquer justificação para a sua flagrante e comprometedor ineficiência, inventou o critério "prudencial" que serviu, na referida audição parlamentar, para justificar quase tudo.

Seria importante que o senhor Governador esclarecesse se as igualmente graves falhas da supervisão no caso do BPP, também se ficaram a dever ao mesmo critério "prudencial" da sua actuação enquanto regulador.

É justo que se diga que no caso BPP, as falhas da regulação, não foram apenas do Banco do Portugal, mas também na CMVM, que à data, era presidida pelo actual ministro das Finanças.

Não admira pois que o senhor ministro das Finanças afirme, hoje, que não houve fal-

ha das entidades reguladoras!

Mas as falhas do senhor Governador não se ficaram por estes dois autênticos casos de polícia.

Foi igualmente incompreensível o absoluto silêncio do Banco de Portugal no período compreendido entre a crise do 'subprime', Setembro de 2007, e Outubro de 2008, bem assim como o sistemático erro das previsões macroeconómicas do Banco de Portugal ao longo dos últimos dois anos.

Aqui o senhor Governador não se escudou no critério "prudencial", mas sim no facto de outros bancos centrais e outras instituições também serem obrigados a corrigir sistematicamente as suas previsões.

É um mau princípio justificarmos os nossos erros, com os erros dos outros!

Todos nós estamos habituados à maior ou menor ineficiência dos serviços públicos, só que na generalidade destes casos estamos perante funcionários mal pagos, desmotivados e mal preparados. Nem aqui os reiterados erros e omissões do senhor Governador do Banco de Portugal, encontram justificação. Por um lado a sua

Em qualquer conflito, defesa e acusação, escudam-se nas disposições da lei e na jurisprudência.

competência como economista não está posta em causa, e por outro quanto à remuneração, ficamos a saber, muito recentemente, que ele é o terceiro mais bem pago do mundo!

Todos nós concordamos que o senhor Governador não se deve demitir a pedido de quem quer que seja.

No caso presente, não deveria, de facto, ser necessário que alguém solicitasse ao dr. Victor Constâncio para se demitir. Ele já o deveria ter feito, por sua iniciativa.

Com efeito os erros e omissões do senhor Governador, devidos ao alegado critério "prudencial" de intervenção do regulador já custaram ao país mais de dois mil milhões de euros, além do desgaste da imagem do nosso país na cena internacional.

Por muito menos o então ministro Jorge Coelho, tirando todas as devidas consequências da queda da ponte de Entre-os-Rios, demitiu-se. ■

BANCA

Reincidência de problemas no BPN na mira dos deputados

Depois do PSD e PCP, é a vez do BE, CDS e PS questionarem Constâncio. O governador tem de explicar porque não atacou problemas detectados pelo BdP

MARIA JOÃO GAGO
mjgago@negocios.pt

A reincidência de problemas prudenciais no Banco Português de Negócios (BPN), detectados pelo Banco de Portugal (BdP) nas inspeções realizadas entre 2001 e 2007, promete ser o tema forte da segunda parte da audição de Vítor Constâncio na comissão parlamentar de inquérito à nacionalização do BPN. Para a generalidade dos deputados, os relatórios de inspeção do BdP mostram a existência e a reincidência de problemas suficientemente graves para que o supervisor tivesse actuado antes da nacionalização.

Há uma semana, a audição com o governador foi interrompida quando Honório Novo, do PCP, questionava Constâncio sobre a contradição entre as conclusões das inspeções e a actuação da entidade de supervisão, que já tinha sido posta em causa por Miguel Macedo, do PSD. Hoje, Bloco de Esquerda, CDS-PP e PS prometem voltar a atacar o governador com o tema.

“Os relatórios de inspeção de 2002, 2005 e 2007 mostram que o BdP percebia que havia problemas mas ou se queixava ou se limitava a impor remédios cuja concretização não verificava, porque a sua preocupação era o cumprimento dos rácios”, argumenta fonte do CDS. Um exemplo foi a redução da exposição ao negócio imobiliário por parte do BPN, imposta pelo BdP, que acabou por resultar na venda fictícia de uma sociedade a um grupo de accionistas da instituição. Nuno Melo irá apontar outros exemplos que, na perspectiva do CDS, mostram que

o supervisor “só se preocupa com os fins e não com os meios”.

João Semedo também vai insistir neste ponto. “Porque é que, sabendo tanta coisa, o BdP não procurou saber mais e não interveio mais cedo”, questiona o deputado do BE. Para ilustrar as alegadas contradições da entidade de supervisão, Semedo vai mostrar um vídeo, intitulado “Uma história de enganar”, que reúne depoimentos e documentos recolhidos na comissão.

Na perspectiva do BE, o relatório de inspeção do BdP datado de 2005 mostra que “foram detectadas suficientes situações graves para justificar uma intervenção do supervisor e que as mesmas situações persistem sem que se tenha feito nada”. Este documento identifica problemas na forma de conceder crédito, no elevado número de operações intra-grupo, no risco da carteira de crédito, na sobrevalorização de resultados consolidados do grupo, entre outros.

Semedo, assim como Leonor Coutinho, do PS, questionarão ainda Constâncio sobre a razão para o BdP não agir antes da nomeação de Abdool Vakil e Miguel Cadilhe para líder interino e presidente do BPN, respectivamente, se já tinha conhecimento de vários problemas prudenciais no BPN. A deputada socialista vai ainda pedir ao governador para que identifique que inspeções foram feitas pelo BdP ao BPN, quais as conclusões úteis delas retiradas e que medidas especiais foram tomadas para resolver os problemas do banco. Leonor Coutinho quer ainda saber porque não foram adoptadas outras medidas.



Vítor Constâncio garante que não se demite

“Não pensem que me demitiria a pedido dos senhores deputados”. Foi com esta declaração que Constâncio garantiu que não abandonará a liderança do BdP na sequência da comissão de inquérito ao BPN. O governador afastou ainda responsabilidades da supervisão no caso BPN. Ainda assim, hoje, a partir das 15h00, CDS e BE prometem voltar a questioná-lo sobre a falta de condições para se manter no cargo.

IDEIAS-CHAVE

AS EXPLICAÇÕES
DE VÍTOR CONSTÂNCIO

1 RELATÓRIOS DE INSPECÇÃO MOSTRAM DILIGÊNCIA

O governador disse que o BPN foi dos bancos “mais inspeccionados” e defendeu que os relatórios de inspecção mostram que o BdP foi diligente. Constâncio garantiu ainda que o BPN foi sempre resolvendo os vários problemas prudenciais detectados pela supervisão.

2 INTERVIR PROVOCARIA CORRIDA AOS DEPÓSITOS

Constâncio justificou não ter nomeado gestores provisórios para o BPN com o facto de o banco não estar a ser alvo de um plano de saneamento. O governador diz que se o tivesse feito teria provocado alarme público, condenando o BPN a ser vítima de uma corrida aos depósitos por parte dos clientes.

3 HOUVE CONFIANÇA EM OLIVEIRA COSTA

O governador reconheceu que “não houve uma atitude de desconfiança mais profunda” relativamente a Oliveira Costa. “Foi um erro? Também há o erro humano”, desabafou. Apesar desta concessão, Constâncio garante que “este tipo de fraudes não se descobre por qualquer supervisão” e que o BdP actuou de acordo com as melhores práticas.



Constâncio volta
hoje ao Parlamento
para explicar caso
BPN **Empresas 10**

A Cor do Dinheiro



CAMILO LOURENÇO

As incríveis declarações de Rendeiro

João Rendeiro está imparável. Há semanas ameaçou a CMVM e o seu presidente com um processo por causa de comparações entre o BPP e o caso Madoff. Depois das explicações de Carlos Tavares, os detalhes da carta apareceram na Imprensa....

Na última semana disparou de novo e atingiu peixe graúdo. Deixemos de lado a ideia de converter os clientes em accionistas (alguns não têm dinheiro para viver, quanto mais para comprar acções...) para reter duas declarações: "A área de retorno absoluto era uma área onde não tinha qualquer participação, onde não era consultado" e "Não pode haver ninguém, desde o Banco de Portugal à CMVM, ao Ministério das Finanças, aos auditores, que venha dizer que não sabia que garantíamos o capital".

A primeira mostra uma descarada tentativa de fugir às responsabilidades. A segunda é muito mais grave. Porque atinge, com violência várias entidades. Uma, o Banco de Portugal, já tinha sido alvo de acusação idêntica no caso BPN. Outra, a CMVM, era liderada pelo actual ministro das Finanças quando começou a saga dos produtos de retorno absoluto. Outros (os auditores) precisam de fazer, rapidamente, um "restatement" às contas do BPP (já agora, alguém quer ser o primeiro a desmentir Rendeiro?).

No final fica uma conclusão. Inquietante. Como é que nenhuma destas entidades detectou que um banco com apenas 148 milhões de capitais próprios geria activos acima de 1300 milhões? Por favor juram-nos que não há mais nenhum banco nesta situação!





O silêncio dos culpados



MÁRIO CRESPO
JORNALISTA

Além de serem questões criminais, o Freeport e o BPN são temas políticos. Exigem dos políticos participação na denúncia e na condenação. Porque foram abusos de valores públicos. Porque interpelam violações da ética republicana. Por isso não toleram os pactos de silêncio. A abordagem pública descomplexada e livre tem que ser feita em debate político nos locais onde a política se debate.

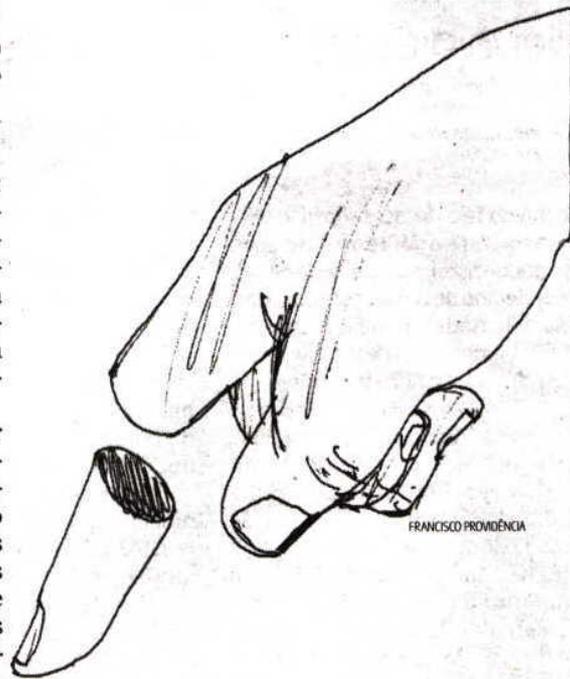
No Freeport e no BPN há áreas que nada têm a ver com segredos de justiça e onde a Presunção de Inocência não pode ser usada como uma espécie de asilo onde os poderosos se resguardam do escrutínio público. É impossível aceitar a relutância que todos os partidos têm manifestado em abordar os dois grandes casos de corrupção que envolvem as que (ainda) são as maiores forças políticas do País. Das

O ESTRIDENTE PROTESTO de Paulo Rangel por causa da roubalheira no BPN foi idêntico aos sonoros ultrajes de Sócrates por causa do Freeport.

vezes que o caso Freeport surgiu no Parlamento, logo Sócrates vociferou ultrajado que era insultuoso abordar a questão e, um a um, os partidos da oposição recolheram-se em embaraçados silêncios pelo atrevimento de terem abordado tão incómodo tema para o Primeiro Ministro. Na campanha das Europeias o estridente protesto de Paulo Rangel por causa da "roubalheira" no BPN foi idêntico aos sonoros ultrajes de Sócrates no Freeport, denotando que o bloco central continua a viver de pactos informais onde, por ética perversa, a regra é não falar dos crimes uns dos outros.

Por força da maioria socialista, o Freeport não vai ter, nesta legislatura, direito sequer a uma comissão de inquérito sobre, por exemplo, boas práticas dos governos de gestão em despachos de última hora. Não que uma comissão de inquérito seja substituto adequado ao contraditório vigoroso e plural que só o Plenário permite. É uma espécie de do-mal-o-menos. Quando muito, poderá ter uma função complementar no apuramento de factos se o problema já estiver suficientemente denunciado em termos políticos, o que não é o caso nem do Freeport nem do BPN.

Aqui a Presunção de Inocência que os prevaricadores reclamam tem funcionado não como ga-



rantia de direitos, mas como abuso de privilégios, resguardando transgressores e dando-lhes tempo para continuar em actividade enquanto prejudicam o apuramento de verdades frequentemente indemonstráveis, como o atestam os inúmeros arquivamentos insólitos e os prazos convenientemente prescritos. É devido à ausência de debate franco, duro e leal sobre estes casos políticos que aos media foi deixado o trabalho "sujo" de esgravatar pormenores, tentando compor uma imagem do que se passa, milhão a milhão, num mundo de falsidades e aparências onde é normal comprar casas a offshores e ter rendimentos com juros nas centenas que nem a Dona Branca prometia. Nesta busca, os media têm operado num ambiente tóxico de ameaças de processos e condenações da Entidade Reguladora da Comunicação Social e do Sindicato dos Jornalistas, que já chegaram ao pormenor sinistro de produzir análise crítica da semiótica da gestualidade dos jornalistas que dão as notícias mais incómodas. Enquanto isto, o mundo da política obscura sobrevive em convenientes silêncios criando inocências a prazo em que se perpetuam práticas de ilicitude. Ficam intactas as "roubalheiras" que, eu confio, sejam bem debatidas, sem medos, nas próximas eleições e em próximos parlamentos.

BPN

Vítor Constâncio regressa hoje à AR

O governador do Banco de Portugal volta hoje a ser ouvido na Assembleia da República sobre o caso BPN. Na primeira sessão, há oito dias, Vítor Constâncio recusou assumir responsabilidades ou demitir-se do cargo. E garantiu estar a ser vítima de uma campanha com contornos políticos e de desinformação.





Política

Conclusão do BPN no início de Julho

Parlamento discute a 3 de Julho as conclusões retiradas do inquérito feito à **nacionalização da instituição**

POR: JOÃO ANDRADE COSTA
jcosta@meiahora.pt

As conclusões ao inquérito da nacionalização do Banco Português de Negócios (BPN) vão ser apresentadas no próximo dia 3 de Julho. Ao que tudo indica, o Ministério das Finanças já tem em sua posse o documento elaborado pela administração do BPN e que suportará a decisão sobre o futuro do banco.

Executivo já deu a entender que venda é o cenário que prefere

Apesar do documento entregue ao Governo ter um papel fundamental numa futura decisão, o ministério de Teixeira dos Santos já deu conta no Parlamento que privilegiará a venda do BPN. Também o administrador do banco



DECISÃO ESTÁ NAS MÃOS DE TEIXEIRA DOS SANTOS

– nomeado pelo Estado –, Francisco Bandeira, demonstrou durante a apresentação dos resultados que a melhor solução seria a venda.

Capitais negativos. Recorde-se que no final de 2008, o BPN tinha capitais próprios negativos que rondavam os 1,6 mil milhões de euros, e as contas do ano saldaram-se num resultado consolidado negativo de 575 milhões.

Até o Executivo tomar uma decisão sobre o futuro do BPN, a actual administração vai manter-se em funções.

⚡ BPP

Cientes chumbam proposta de João Rendeiro

João Rendeiro pretendia que os clientes do Banco Popular Português abdicassem das garantias de capital nos investimentos de retorno absoluto



Economia. Conclusão do inquérito ao BPN prevista para Julho com Executivo inclinado para a venda da instituição 9»



ID: 25522381

15-06-2009

Portugal

JORNAL GRATUITO

Ano III

Número 437

segunda-feira

15 de junho de 2009

Director: Sérgio H. Coimbra

Meia Hora

HOJE É DIA DE
POUPAR
Até 19 de Junho promoções imbatíveis

Bacalhau
Crescido Pacífico*
/Kg
3,99€

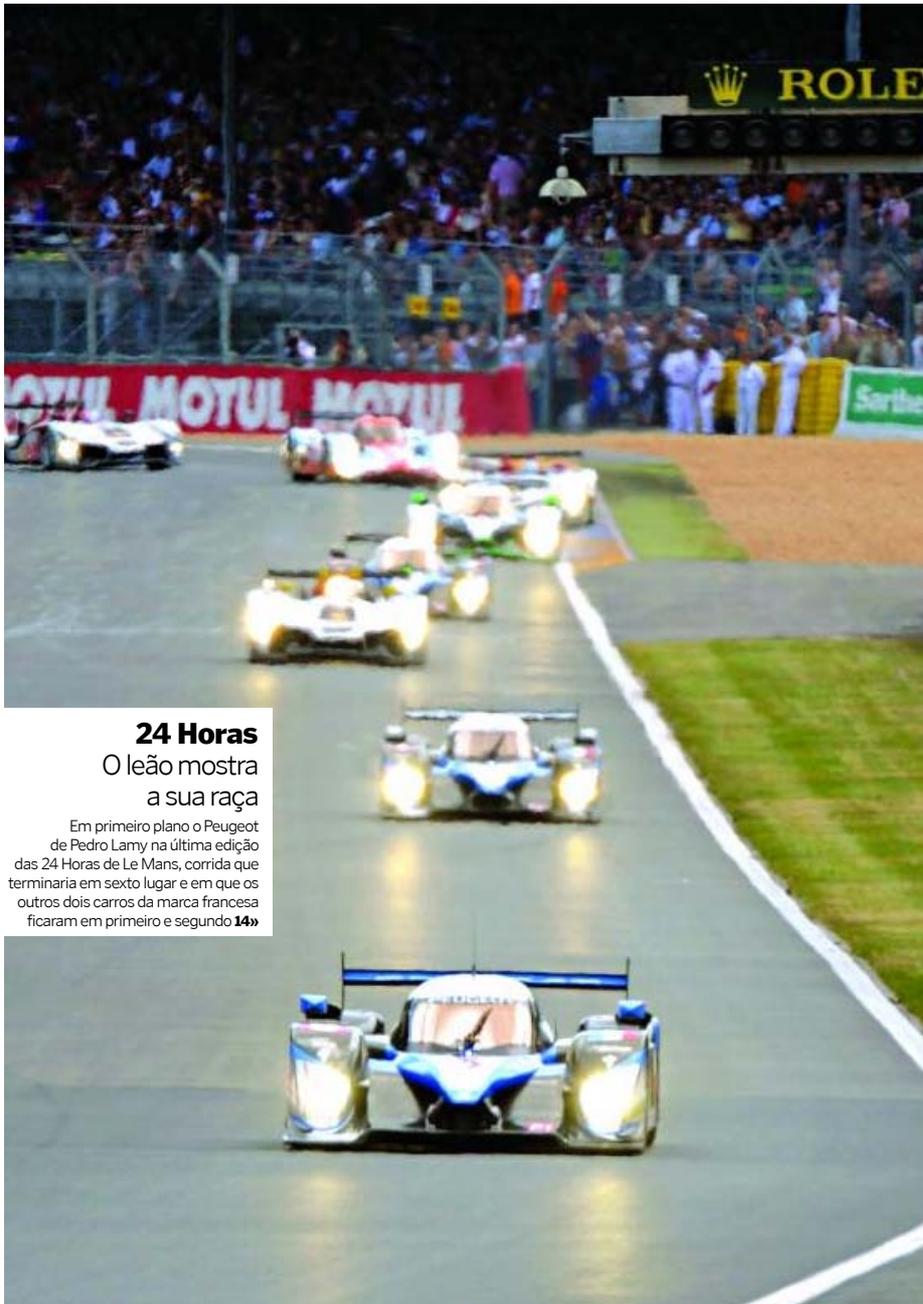
Atum Óleo Pitéu*
120 gr
0,45€

jumbo
pão⁺açúcar

*Promoção limitada ao stock existente

PUB

Automobilismo



24 Horas

O leão mostra a sua raça

Em primeiro plano o Peugeot de Pedro Lamy na última edição das 24 Horas de Le Mans, corrida que terminaria em sexto lugar e em que os outros dois carros da marca francesa ficaram em primeiro e segundo **14»**

Mundo

Clima de guerra civil toma conta da capital iraniana

Manifestações e contra-manifestações nas ruas de **Teerão** depois de **resultado eleitoral** duvidoso e muito contestado **4»**

Portugal. Rangel lança questão das coligações para o debate político e PS reúne para dissecar hecatombe eleitoral **6»**

Economia. Conclusão do inquérito ao BPN prevista para Julho com Executivo inclinado para a venda da instituição **9»**

Mundo. Reconhecer Israel e criar Estado palestino sem armas são princípios de paz **7»**

Cultura. Paulo Gouveia aka Gomo está de volta com "Nosy" depois de cinco anos de estrada **11»**

PUB

Invista com segurança. Assegure a sua poupança.
VIVACAPI SEGURO

PRODUTO COM GARANTIA ANTICRÍSE

www.groupama.pt



Seguros

AFP